



CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE VALE FIGUEIRA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

ACOMPANHADAS DA CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Centro Social Paroquial de Vale Figueira (a Entidade ou "Centro Social Paroquial"), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 3.100.816,28 euros e um total de fundos patrimoniais de 2.853.265,58 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 107.530,76 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Incerteza material relacionada com a continuidade

Atualmente os meios financeiros necessários à consecução das atividades da Entidade são, maioritariamente, obtidos através de subsídios periódicos ou extraordinários de entidades públicas e comunitárias, os quais decorrem das orientações da política educativa vigente. Consequentemente a continuidade das operações do Instituto, a realização dos seus ativos e a liquidação dos seus passivos, encontra-se dependente da manutenção do suporte financeiro de terceiras entidades e do sucesso das suas operações futuras.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 28 de março de 2022


Luiz Filipe da Silva Quinaz
Revisor Oficial de Contas n.º 936



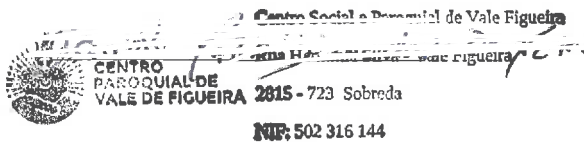
Declaração de responsabilidade

No âmbito do processo de Prestação de Contas da Gerência do período de 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021, declaramos, sob compromisso de honra, enquanto titulares responsáveis pela elaboração, aprovação e remessa das contas do Centro Social e Paroquial de Vale Figueira ao órgão competente para a verificação da sua legalidade que:

1. De acordo com o estabelecido pelo n.º 2, do Artigo 14º-A, do Decreto-Lei n.º 172-A/2014, 14 novembro, as contas relativas ao exercício de 2021 foram publicitadas no sítio institucional eletrónico desta Instituição, www.cspvalefigueira.pt em 30/06/2022.
2. De acordo com o estabelecido pelo Artigo 23º do Decreto-Lei n.º 172-A/2014, 14 novembro sempre que sejam realizadas obras de montante superior a 25.000,00€ a entidade está obrigada adotar o Código dos Contratos Públicos, pelo que no exercício de 2021 a entidade (selecionar a opção aplicável):

- Realizou obras superiores a 25.000 € e aplicou o Código dos Contratos Públicos.
- Realizou obras superiores a 25.000 €, mas não aplicou o Código dos Contratos Públicos.
- Não realizou obras superiores a 25.000 €, pelo que não se aplica o Art.º 23º
- A entidade não recebeu apoios financeiros públicos, pelo que não se aplica o Art.º 23º

Os órgãos de administração:



ATAS

Empresa: CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE VALE FIGUEIRA
Nº de Identificação Fiscal: 502316144

Página 15

Ata número 325

Aos 28 de março de 2022 reuniu a Direção do Centro Social Paroquial de Vale de Figueira de forma presencial nas instalações do Equipamento da Infância, sito na Rua Hermínia Silva, Vale Figueira, Sobreda.

Estiveram presentes nesta reunião os membros da Direção: Pe. David Caldas, Presidente; Pe. Francisco Mendes, Vice-Presidente; Cristina Dias, secretária; Daniela Matos, tesoureira; Dina Nunes, vogal; Simão Sousa, vogal; Tiago Duro, vogal.

Estiveram também presentes os membros do Conselho Fiscal: Fernanda Peralta, Presidente; Pe. Afonso Liberal, Vogal. A secretária do Conselho Fiscal, Ana Catarina Martins esteve ausente da reunião por motivos pessoais. Estiveram ainda nesta reunião a diretora de serviços, Ana Lourinho; a Dra. Margarida Melo, TOC e o Dr. Luiz Quinaz, ROC.

A reunião de Direção teve início às 19:30h, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1- Abertura e oração inicial;
- 2- Aprovação do fecho de Contas 2021;
- 3- Leitura e aprovação da Ata.

Ponto 1

O presidente iniciou a reunião, e o vice-presidente liderou a oração inicial.

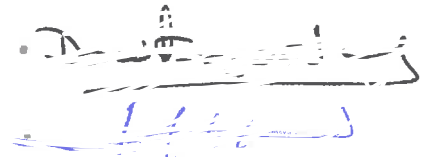

Ponto 2

Foram apresentadas e analisadas as contas, as demonstrações de resultados e os balancetes de 01 Janeiro de 2021 a 31 de Dezembro de 2021, relativos á instituição, verificando-se um resultado liquido positivo de 107.530,76 € (cento e sete mil, quinhentos e trinta euros e setenta e seis cêntimos). O resultado líquido positivo no valor de 107.530,76€ transita para Resultados Transitados. O Presidente colocou o resultado do fecho de contas de 2021 a votação que, foi aprovado por unanimidade.

Ponto 3

Após a Leitura da minuta da Ata, esta foi aprovada pela unanimidade dos elementos presentes.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião pelas 20h30. Esta Ata vai ser assinada pelos elementos presentes.



Centro Social e Paroquial de Vale Figueira
Rua Hermínia Silva, 2815-728 Sobreda
Cristina Dias
Daniela Matos
Dina Nunes
Simão Sousa
Tiago Duro
Fernanda Peralta
Pe. Afonso Liberal
Ana Catarina Martins
Ana Lourinho
Dra. Margarida Melo
Dr. Luiz Quinaz

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE VALE FIGUEIRA

Relatório de Gestão

Relativo ao período findo em 31 de dezembro de 2021



“Ao serviço do próximo...”



Relatório de Gestão

Relativo ao período findo em 31 de dezembro de 2021

Mensagem da Direção

*Face aos desafios que a sociedade global apresenta, um mundo em constante mudança, a Direção do **Centro Social Paroquial de Vale Figueira** tem um olhar atento e firme, para que o CENTRO possa dar resposta a algumas das necessidades sociais, que vão sendo sentidas ao longo dos tempos, orientando a sua ação por princípios vertidos na Doutrina Social da Igreja, a qual promove a dignidade humana na sua totalidade desde o nascimento à morte natural.*

*A nossa razão e o que nos move está no **Serviço ao Próximo** e assim, dentro deste dinamismo missionário procuramos acolher e servir os nossos utentes, contribuindo logo desde a mais tenra infância à sabedoria da maturidade, e para a construção de um mundo mais equilibrado e fraterno onde toda a humanidade se possa sentir acolhida e amada, se possa sentir interpelada a amar os outros e perceba o papel peculiar de todos e de cada um no projeto salvífico de Deus.*

Numa procura constante de uma educação integral promovemos o espírito da caridade cristã, da cultura, educação e integração comunitária e social na perspetiva dos valores do Evangelho, tendo particular atenção com os mais frágeis e desprotegidos.

2021, sem exceção, a Direção do CENTRO procurou acompanhar os seus colaboradores, fomentando um espírito de equipa, para que todos se sintam parte integrante do objeto e dos objetivos a alcançar.





Assim:

No cumprimento da alínea b) do art.º 19.º dos Estatutos do CENTRO, cumpre à Direção como órgão de administração do CENTRO, gerir a instituição e representá-la, incumbindo-lhe, designadamente:

- Elaborar anualmente e submeter ao parecer do órgão de fiscalização o relatório e contas de gerência, bem como o orçamento e programa de ação para o ano seguinte e remeter tais documentos ao Ordinário do lugar.





Introdução e Enquadramento

O Centro Social Paroquial de Vale Figueira (doravante designada por “CENTRO”) é uma pessoa jurídica canónica de natureza pública, sujeita em Direito Canónico de obrigações e de direitos consentâneos com a índole da instituição da Igreja Católica. O CENTRO tem por âmbito de ação prioritária, embora não exclusivamente, o território da Paróquia do Imaculado Coração de Maria de Vale Figueira.

O Centro prossegue o bem público eclesial na sua área de intervenção, de acordo com as normas da Igreja Católica, e tem como fins a promoção da caridade cristã, da cultura, educação e a integração comunitária e social, na perspetiva dos valores do Evangelho, de todos os habitantes da comunidade onde esta situado, especialmente dos mais pobres.

Conforme disposto no artigo 4.º dos referidos Estatutos, os fins principais objetivos do CENTRO concretizam-se mediante a concessão de bens, a prestação de serviços e de outras iniciativas de promoção do bem-estar e qualidade de vida das pessoas, famílias e comunidades, nomeadamente nos seguintes domínios:

- a) Apoio à Primeira Infância, através de Creche, Creche Familiar e Pré-escolar, incluindo as crianças e jovens em perigo;
- b) Apoio à Segunda Infância, através de Atividades de Tempos Livres (ATL) ou outras;
- c) Apoio à Juventude, facultando-lhes Cursos de Formação Profissional que lhes proporcione entrar no mundo do trabalho, ou outros programas;
- d) Apoio a família;
- e) Apoio às pessoas idosas, através de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, Centro de Dia, Centro de Convívio e Apoio Domiciliário, ou outras;
- f) Apoio às pessoas com deficiência e incapacidade;
- g) Apoio à integração social e comunitária, nomeadamente dos imigrantes;
- h) Proteção social dos cidadãos nas eventualidades da doença, velhice, Invalidez e morte, bem como em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho;
- i) Prevenção, promoção e proteção da saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa, de cuidados continuados e de reabilitação e assistência medicamentosa;



- j) Educação e formação o profissional dos cidadãos;
- k) Resolução dos problemas habitacionais das populações;
- l) Outras respostas sociais, não incluídas nas alíneas anteriores, desde que contribuam para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos.

1. A evolução da atividade nas diferentes valências do CENTRO

1.2. Enquadramento Económico

No ano de 2021 Portugal e todo o mundo foi invadido pela pandemia Covid-19, o que veio influenciar a economia portuguesa e mundial, o clima de incerteza que se viveu em 2021 (e na presente data) fez com que o país se tivesse de readaptar à nova realidade sofrendo por isso uma instabilidade económica bastante acentuada.

A incerteza sobre a duração desta pandemia, bem como a magnitude da mesma e dispersão geográfica tornou muito difícil a quantificação destes impactos na economia.

O nível de desemprego aumentou drasticamente pelo que o apoio social foi mais solicitado, bem como a solidariedade entre todos os cidadãos e países.

Esta é uma batalha que por enquanto não tem fim à vista, pelo que a união de forças nacionais e internacionais será uma mais-valia para a economia.

2. A Atividade operacional do CENTRO

a) Evolução da atividade

O Resultado líquido positivo do período findo em 31 de dezembro de 2021 ascendeu a 107.530,76 euros (cento e sete mil quinhentos e trinta euros e setenta e seis cêntimos) que comparado com um resultado líquido positivo em 2020 de 121.492,99 euros (cento e vinte e um mil, quatrocentos e noventa e dois euros e noventa e nove cêntimos) resulta uma diferença significativa entre os dois períodos contabilísticos.

	Ano 2021	Ano 2020	Variação	
Total de Rendimentos	1 685 638,64 €	1 622 703,00 €	62 935,64 €	3,73%
Total de Gastos	- 1 578 107,88 €	- 1 501 209,01 €	- 76 898,87 €	4,87%
Resulado Líquido do Período	107530,76	121493,99	(13 963,23)	-12,99%



Para uma melhor compreensão das variações ocorridas de 2020 para 2021, segue a demonstração, que evidencia as variações entre anos no que concerne às rubricas da demonstração dos resultados do CENTRO:

Posição 2020	Rendimentos	Resultado Líquido
	1 622 703,00	121 492,99
Variação de Rendimentos:		
Vendas e Serviços Prestados	(4 971,30)	(4 971,30)
Comparticipação e Subsídios à Exploração	46 293,91	46 293,91
Outros Rendimentos e Ganhos	21 690,45	21 690,45
Total das Variações dos Rendimentos	63 013,06	63 013,06
Variações nos Gastos:		
Custo Mercadoria Vendidas e Matérias Consumidas		(35 662,68)
Fornecimentos e Serviços Externos		(19 015,94)
Gastos com o Pessoal		(27 972,87)
Imparidades		5 257,75
Outros Gastos e Perdas		4 021,93
Gastos de Depreciação		(3 727,09)
Total das Variações dos Gastos		(77 098,90)
Resultados Financeiros	123,61	123,61
Posição 2021	1 685 839,67	107 530,76

No período de 2021 o valor do resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) ascendeu a um valor positivo de 185.505,03 euros, o que representa um decréscimo de 10.358,75 euros, face ao ano anterior.

Enquanto fator determinante no financiamento da atividade educativa do CENTRO, o valor de Subsídios à Exploração no período de 2021 situou-se em 961.888,58 euros (915.594,67€ em 2020).

Em termos operacionais importa verificar que de facto houve uma diminuição nos resultados líquidos, por força da situação de incerteza económica que se vive atualmente. Em termos de rendimentos houve um acréscimo de 3,73% e em relação aos gastos uma variação de 4,87%, conforme é possível verificar através da análise do quadro abaixo apresentado.



	Real 2021	Real 2020	Real Variação
Total Rendimentos	1 685 638,64 €	1 622 626,00 €	63 012,64 €
Total Gastos	- 1 578 107,88 €	- 1 501 133,00 €	- 76 974,88 €
Resultado Líquido	107 530,76 €	121 493,00 €	- 13 962,24 €
Gastos de Depreciação	78 035,65 €	74 309,00 €	3 726,65 €
Imputação de Subsídios p/ Investimento	- 31 100,00 €	- 31 100,00 €	- €
Perdas por Imparidade	- €	5 258,00 €	- 5 258,00 €
	46 935,65 €	48 467,00 €	- 1 531,35 €
Meios Libertos	154 466,41 €	169 960,00 €	- 15 493,59 €
Investimento em AFT	- 34 387,44 €	- 32 830,00 €	- 1 557,44 €
Maios Libertos (Líquidos de AFT)	120 078,97 €	137 130,00 €	- 17 051,03 €

b) **Análise comparativa das valências**

O nível de rendimento, gastos e respetivo resultado por valência no período de 2021, é descrita como segue:

2021			
Valências	Rendimentos	Gastos	Resultados Líquidos
Centro (Infância)	806 278,33 € -	859 822,91 € -	53 544,58 €
Equipamento Sénior	834 191,55 € -	667 730,47 €	166 461,08 €
Total	1 640 469,88 €	-1 527 553,38 €	112 916,50 €

O nível de rendimento, gastos e respetivo resultado por valência no período de 2020, é descrita como segue:

2020			
Valências	Rendimentos	Gastos	Resultados Líquidos
Centro (Infância)	880 273,00 € -	876 528,00 €	3 745,00 €
Equipamento Sénior	870 991,00 € -	753 191,00 €	117 800,00 €
Total	1 751 264,00 €	-1 629 719,00 €	121 545,00 €



Valência Infância

Estas valências deram resposta em 2021 a cerca de 171 crianças dos 3 meses aos 10 anos de idade.

O equipamento de infância do Centro Social Paroquial de Vale Figueira situa-se na Rua Hermínia Silva, Vale Figueira, na Freguesia da Sobreda, e centrou-se em 2021 sobre três respostas sociais:

- Creche (incluindo o Berçário);
- Pré-Escolar;
- CATL de “Pontas” (extensões de horários e interrupções letivas).

Estas valências em 2021 foram responsáveis por 49,17% dos rendimentos auferidos pelo Centro Social Paroquial de Vale Figueira.

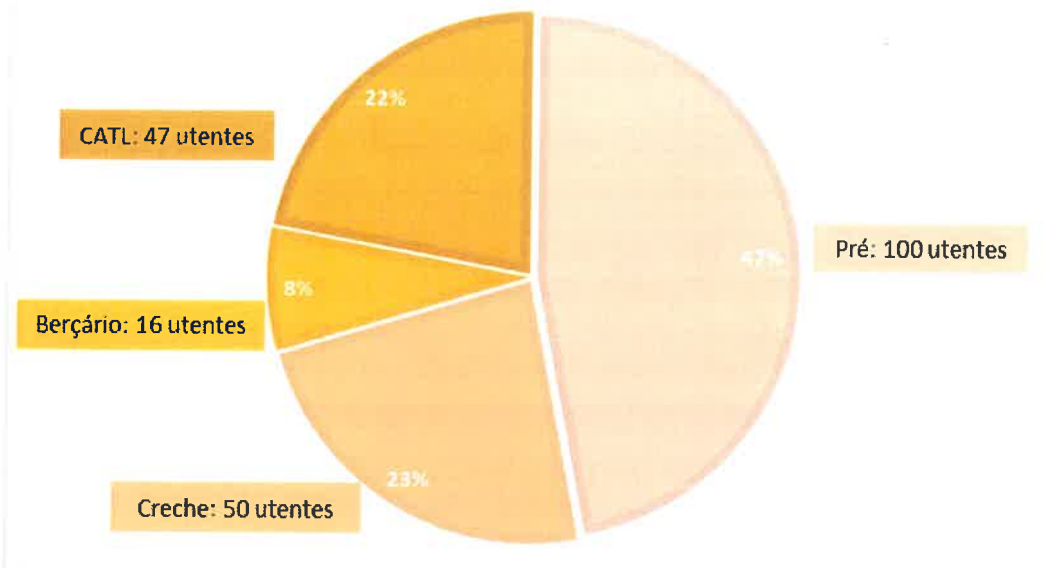
Apurou-se no ano de 2021 um resultado para estas respostas sociais de -53.544,58€ (face aos 3.745€ de 2020), esta diminuição deve-se à ocorrência da pandemia Covid-19 que obrigou ao fecho destas valências por um período alargado de tempo e ainda por alguns pais preferirem que os seus filhos/educandos permaneçam com eles e familiares em suas casas.

No gráfico seguinte é possível analisar a distribuição dos 213 utentes da infância pelas diferentes respostas sociais.

Após a análise dos rendimentos e gastos da infância foi possível apurar que o gasto por utente em 2021 situou-se nos 4.036,73€ (face aos 3.966,19€ de 2020).



UTENTES INFÂNCIA





Equipamento Sénior

O equipamento sénior enquanto estabelecimento particular de apoio social, destina-se a acolher pessoas idosas ou dependentes, em regime de alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente.

Encontra-se sediado na Rua Pedro Lemos nº16, em Vale Figueira, e as suas instalações são compostas por: sala de convívio, sala polivalente, gabinetes (técnico e direção), casas de banho, lavandaria, cozinha, refeitório, quartos e casas de banho para residentes, ginásio, capela, sala de estar e atelier multiusos.

O nível de rendimentos desta resposta social ascendeu a 833.581,00€ em 2021.

O resultado desta valência em 2021 ascendeu ao montante de 166.461,08€ (face aos 117.800,00€ de 2020).

No gráfico seguinte é possível analisar a distribuição média dos 109 utentes, tomando como referência o serviço prestado:

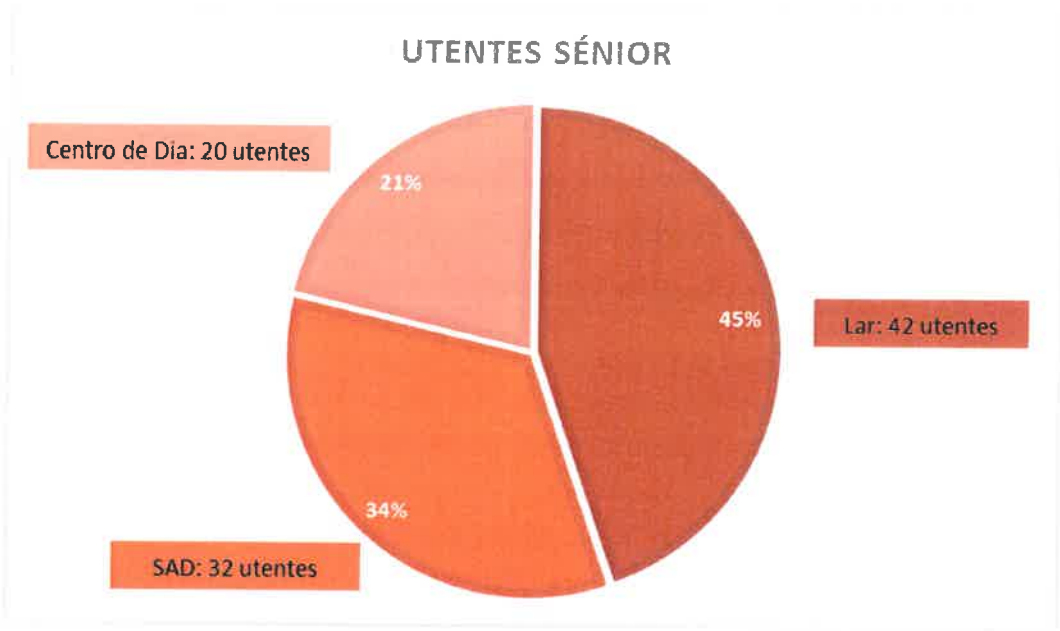
- Lar;
- Centro de Dia;
- Apoio Domiciliário.

Considerando o nível de gastos desta resposta social, foi possível apurar um gasto médio por utente no valor de 7.103,52€ (face aos 8.098,83€ de 2020).



[Redacted]

[Redacted]





c) Os factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Na data de emissão do presente relatório o mundo e em particular Portugal atravessa uma pandemia originada por um vírus (Covid-19). O impacto desta pandemia está rodeado por incertezas sociais, económicas difíceis de prever. Apesar desta situação a Direção do CENTRO estando inserida, não prevê impacto na sua continuidade e atividade, tendo tomado todas as medidas para que sua atividade continue a decorrer.

d) A evolução previsível do CENTRO

É relevante mencionar que os meios financeiros necessários à consecução das atividades do CENTRO são, maioritariamente, obtidos através de subsídios periódicos ou extraordinários de entidades públicas e comunitárias, os quais decorrem das orientações das políticas vigentes. Consequentemente a continuidade das operações do CENTRO encontram-se dependente da manutenção do suporte financeiro de terceiras entidades.

e) As autorizações concedidas a negócios entre o CENTRO e os seus Diretores;

Não se verificaram quaisquer negócios entre o CENTRO e os seus Diretores, nem foi solicitada qualquer autorização nesse sentido.

f) Situação perante o Estado e a Segurança Social

De acordo com o disposto no Artigo 21º do Decreto-Lei Nº 411/91, de 17 de outubro, cumpre declarar que, à data de 31 de dezembro de 2021, não se encontravam em mora quaisquer débitos do CENTRO ao Estado e à Segurança Social.

g) Gestão de riscos financeiros

O CENTRO não utilizou instrumentos financeiros na sua atividade, incluindo instrumentos de cobertura. Desta forma, o CENTRO não está sujeita a riscos significativos de preço, crédito, liquidez e fluxos de caixa relacionados com a utilização de instrumentos financeiros.

h) Existência de sucursais

O CENTRO não tem sucursais.



3. Proposta de aplicação de resultados

A Direção propõe que o resultado positivo no montante de a Euros 107.530,76€ (cento e sete mil, quinhentos e trinta euros e setenta e seis cêntimos) seja transferido para Resultados transitados.

4. Nota Final


A terminar, a Direção quer agradecer a todos os que colaboraram com o CENTRO ao longo do ano 2021, nomeadamente, ao Sr. Bispo D. José Ornelas Carvalho, ao Conselho Fiscal, à nossa equipa (funcionários, sobretudo neste clima de pandemia que se vive mundialmente), aos utentes e suas famílias, aos fornecedores, e a todos aqueles que de um modo geral têm colaborado e confiado na missão, valores e ação do CENTRO.


O nosso muito obrigado.

A Direção


Centro Social e Paroquial de Vale Figueira



Pe. David Nago da Conceição Caldas
Presidente da Direção



Pe. Francisco José dos Santos Mendes
Vice-Presidente


Cristina Isabel de Oliveira Marques
Secretária


Daniela Maria Simodera de Matos
Tesoureira


Tiago André Veloso Duro
Vogal


Dina Isabel Lobato Pereira Nunes
Vogal


Simão Pedro Mendes de Sousa
Vogal

Vale Figueira, 23 de março de 2022

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
DEPARTMENT OF CHEMISTRY
5301 SOUTH DICKENS STREET
CHICAGO, ILLINOIS 60637

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL
DE
VALE FIGUEIRA

Anexo às Demonstrações
Financeiras de 2021



“Celebre connosco a VIDA”



Índice

1. Identificação da Entidade	2
1.1. Designação da entidade	3
1.2 Sede	3
1.3 NIPC	3
1.4 Natureza da atividade	3
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	4
3. Principais Políticas Contabilísticas	5
3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras	5
3.2. Outras políticas contabilísticas	7
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	12
5. Ativos Fixos Tangíveis	13
6. Prestações de serviços	14
7.1 Outros Créditos a receber	15
7.2. Caixa e Depósitos Bancários	16
7.3. Fornecedores	16
7.4. Estado e Outros Entes Públicos	16
7.5. Outras Dívidas a Pagar	17
7.6. Clientes	17
8. Gastos com o Pessoal	17
9. Outras Informações	18
9.1 Diferimentos	18
9.2 Fundos Patrimoniais	18
9.3 Subsídios, doações e legados à exploração	19
9.4 Fornecimentos e serviços externos	20
9.5 Outros rendimentos	20
9.6 Outros Gastos	20
9.7 Perdas por Imparidade	21
9.8 Resultados Financeiros	21
9.9 Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas e Inventário	21
9.10 Situação contributiva	22
9.11 Acontecimentos após data de Balanço	22
9.12 Demonstrações Financeiras	23

1. Identificação da Entidade



1.1. Designação da entidade

Centro Social Paroquial de Vale Figueira

Na sua forma jurídica assume-se como uma instituição canonicamente ereta, com personalidade jurídica no foro canónico, reconhecida como Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) na data de 27 de fevereiro de 1989 de acordo com o registo lavrado pela inscrição nº56/89 em conformidade com o disposto no Estatuto aprovado pelo Decreto-Lei nº 402/85 de 11 de outubro.

1.2 Sede

Rua Hermínia Silva

Vale Figueira

1.3 NIPC

502 316 144

1.4 Natureza da atividade

O Centro Social Paroquial de Vale Figueira é uma IPSS que nasce no seio da comunidade cristã, concretamente da Paróquia de Vale de Figueira, com o objetivo de dar resposta a algumas necessidades sociais que se foram – e vão – sentindo ao longo dos tempos.

Por este motivo tem como princípio orientadores, de acordo com a Doutrina Social da Igreja e que procuram promover a dignidade humana na sua totalidade desde o nascimento à morte natural.

Desenvolvendo atualmente as seguintes respostas sociais:

- Berçário
- Creche
- Pré-Escolar
- CATL
- Centro de Dia
- Apoio Domiciliário
- Lar



Mensagem do Sr. Padre David Caldas:

“Numa procura constante de uma educação integral queremos promover o espírito de caridade cristã, da cultura, educação e integração comunitária e social na perspetiva dos valores do Evangelho, tendo particular atenção com os mais frágeis e desprotegidos.

É dentro deste dinamismo missionário que queremos acolher-vos e servir-vos contribuindo logo desde a tenra infância à sabedoria da maturidade para a construção de um mundo mais equilibrado e fraterno onde toda a humanidade se possa sentir acolhida e amada, se possa sentir interpelada a amar os outros e perceba o papel peculiar de todos e de cada um no projeto salvífico de Deus.”

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 – As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o disposto na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), que integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de julho e, posteriormente, ajustado pela Portaria 220/2015 de 24 de julho.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade e do acréscimo, tendo como principal base de mensuração o custo histórico.

2.2 – Não se verificaram, no decorrer do período a que respeitam as demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista na NCRF-ESNL.

2.3 – As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2020, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas de forma consistente e uniforme com o período corrente, sendo comparáveis com as quantias do período findo em 31 de dezembro de 2021.



3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela entidade na preparação das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas tendo por base o modelo do custo e os seguintes pressupostos:

3.1.1 Continuidade

Com base na informação disponível e expectativas futuras a entidade continuará a operar no futuro, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir com os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando estes ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras encontram-se consistentes de um período para o outro, quer ao nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que as originaram, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão



devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Considera-se que omissões ou declarações incorretas de itens são materiais se puderem, individualmente ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. A dimensão ou a natureza do item, ou uma combinação de ambas, pode ser o fator determinante.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de um grande número de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do Balanço, na Demonstração dos Resultados, na Demonstração de Alterações nos Fundos Patrimoniais e na Demonstração de Fluxos de Caixa ou no Anexo. Se uma linha de item não for individualmente material, é agregada a outros itens, seja na face dessas demonstrações, seja nas notas do anexo. Um item que não seja suficientemente material para justificar a sua apresentação separada na face dessas demonstrações pode, porém, ser suficientemente material para que seja apresentado separadamente nas notas do anexo.

3.1.5 Não compensação

Os ativos e passivos, e os rendimentos e gastos, não devem ser compensados. É importante que os ativos e passivos e bem como os rendimentos e gastos sejam separadamente relatados. A compensação quer na Demonstração dos Resultados quer no Balanço, exceto quando a mesma reflita a substância da transação ou outros acontecimentos, prejudica a capacidade dos utentes em compreender as transações, outros acontecimentos e condições que tenham ocorrido e de avaliar os futuros fluxos de caixa da entidade.



3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa deve ser incluída para a informação descritiva quando for relevante para compreensão das demonstrações financeiras do período corrente.

Por alteração de políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Outras políticas contabilísticas

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que estes incorrem, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.



As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela seguinte:

Descrição	Vida útil estimada
Terrenos e recursos naturais	-----
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	4
Equipamento biológico	-----
Equipamento administrativo	6
Outros Ativos fixos tangíveis	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontra espelhada na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o *Goodwill* não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

3.2.2 Inventários

Os inventários encontram-se valorizados pelo seu custo, este custo inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual.



3.2.3 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/ patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e o respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados pelo justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.



Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos. Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.5 Provisões

Periodicamente, a entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.



O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa nessa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota.

Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.6 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde a o imposto a pagar. Este inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:



- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa aplicável sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.



5. Ativos Fixos Tangíveis

5.1. Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2020 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativo bruto 2021					
					31/dez/21
Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências e Abates	Saldo Final
Ativos Fixos Tangíveis:					
Terrenos e Recursos naturais	39 008,14 €				39 008,14 €
Edifícios e outras construções	2 660 199,79 €	10 024,50 €			2 670 224,29 €
Equipamento básico	428 009,17 €	9 670,53 €			437 679,70 €
Equipamento de transporte	127 707,09 €		17 692,41 €		110 014,68 €
Equipamento administrativo	24 158,36 €				24 158,36 €
Outros Ativos Fixos Tangíveis	9 470,35 €				9 470,35 €
Total	3 288 552,90 €	19 695,03 €	17 692,41 €	0,00 €	3 290 555,52 €

Depreciações acumuladas - 2021					
					31/dez/21
Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências e Abates	Saldo final
Ativos Fixos Tangíveis:					
Edifícios e outras construções	855 980,54 €	59 235,10 €			915 215,64 €
Equipamento básico	418 001,57 €	5 612,86 €			423 614,43 €
Equipamento de transporte	84 778,59 €	11 920,11 €	17 692,41 €		79 006,29 €
Equipamento administrativo	22 302,53 €	517,76 €			22 820,29 €
Outros Ativos Fixos Tangíveis	7 456,65 €	749,82 €			8 206,47 €
Total	1 388 519,88 €	78 035,65 €	17 692,41 €	0,00 €	1 448 863,12 €

Investimentos em Curso		31/dez/21
		7 665,24 €

Valor Líquido 2021	1 849 357,64 €
---------------------------	-----------------------



Ativo bruto 2020

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências e Abates	31/dez/20
					Saldo Final
Ativos Fixos Tangíveis:					
Terrenos e Recursos naturais				39 008,14 €	39 008,14 €
Edifícios e outras construções	2 699 207,92 €	0,01 €		39 008,14 €	2 660 199,79 €
Equipamento básico	422 160,35 €	5 848,82 €			428 009,17 €
Equipamento de transporte	135 024,27 €		7 317,18 €		127 707,09 €
Equipamento administrativo	23 284,27 €	874,09 €			24 158,36 €
Outros Ativos Fixos Tangíveis	9 470,35 €				9 470,35 €
Total	3 289 147,16 €	6 722,92 €	7 317,18 €	0,00 €	3 288 552,90 €

Depreciações acumuladas - 2020

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências e Abates	31/dez/20
					Saldo final
Ativos Fixos Tangíveis:					
Edifícios e outras construções	796 825,65 €	59 154,90 €	0,01 €		855 980,54 €
Equipamento básico	412 826,35 €	5 175,19 €		0,03 €	418 001,57 €
Equipamento de transporte	109 470,52 €	8 732,70 €	33 424,63 €		84 778,59 €
Equipamento administrativo	21 806,57 €	495,95 €		0,01 €	22 302,53 €
Outros Ativos Fixos Tangíveis	6 706,83 €	749,82 €			7 456,65 €
Total	1 347 635,92 €	74 308,56 €	33 424,64 €	0,04 €	1 388 519,88 €

Valor Líquido 2020

1 900 033,02 €

6. Prestações de serviços

Para os períodos de 2020 e 2021 foram reconhecidas as seguintes prestações de serviços:

Vendas e Prestações de serviços	31/dez/21	31/dez/20
Infância e Juventude:		
Berçário	22 355,50 €	23 125,20 €
Creche	54 690,82 €	67 019,30 €
Pré-Escolar	109 796,91 €	125 244,35 €
CATL	14 078,05 €	14 883,78 €
Terceira Idade:		
Lar	290 253,46 €	274 569,60 €
Centro de Dia	40 965,39 €	36 622,05 €
Apoio Domiciliário	58 502,95 €	54 150,10 €
Total	590 643,08 €	595 614,38 €



7. Ativos e Passivos Financeiros

Investimentos Financeiros	31/dez/21	31/dez/20
Fundos de Compensação	1 182,82 €	5 366,87 €
Participações de capital	6 794,04 €	1 182,82 €
Total	7 976,86 €	6 549,69 €

Instrumentos Financeiros	31/dez/21	31/dez/20
Ativo Financeiro		
Caixa		277,70 €
Depósitos Bancários	622 704,49 €	780 488,31 €
Outros depósitos bancários	423 357,39 €	260 000,00 €
Utentes	10 398,26 €	7 295,43 €
Estado e outros entes públicos	2,33 €	52,58 €
Outros créditos a receber - Corrente	11 280,99 €	22 738,58 €
Outros créditos a receber - Não Corrente	168 736,00 €	18 736,00 €
Passivo Financeiro		
Fornecedores	24 363,16 €	9 265,57 €
Estado e outros entes públicos	29 951,59 €	23 855,39 €
Outras dívidas a pagar - Corrente	193 235,95 €	193 755,95 €

7.1 Outros Créditos a receber

A rubrica "Outros Créditos a receber" tinha, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a seguinte decomposição:

Outras Dívidas a Pagar	31/dez/21	31/dez/20
Corrente	193 235,95 €	193 755,95 €
Outras Dívidas a Pagar Corrente	185 986,40 €	186 791,18 €
Remunerações a Pagar	170,22 €	819,13 €
Subsídio de Férias e Encargos	156 069,76 €	152 181,46 €
Outras despesas diferidas	16 649,37 €	11 780,57 €
Seguros	2 002,57 €	
Outros credores	1 429,06 €	3 876,17 €
Utentes Sénior	6 696,72 €	18 126,94 €
Sindicatos	1,97 €	6,91 €
Valores Utentes	2 725,31 €	
Penhora de Vencimento	241,42 €	
Adiantamentos a clientes	7 249,55 €	6 964,77 €
Total	193 235,95 €	193 755,95 €



7.2. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2021 e 2020, encontrava-se com os seguintes saldos:

Meios Financeiros Líquidos	31/dez/21	31/dez/20
Caixa		277,70 €
Depósitos à ordem	622 704,49 €	780 488,31 €
Outros depósitos bancários	423 357,39 €	260 000,00 €
Total	1 046 061,88 €	1 040 766,01 €

7.3. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Fornecedores	31/dez/21	31/dez/20
Fornecedores C/C	24 363,16 €	9 265,57 €
Total	24 363,16 €	9 265,57 €

7.4. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Estado e outros Entes Públicos	31/dez/21	31/dez/20
Saldos devedores:		
Valores pagos relativos a baixas		52,58 €
Rendimentos de Capitais	2,33 €	
Total	2,33 €	52,58 €
Saldos credores:		
Retenções de imposto sobre o rendimento:		
IRS Dependentes	6 939,00 €	4 118,00 €
IRS Independentes	175,00 €	175,00 €
Contribuições para a segurança social	22 552,22 €	19 373,18 €
IRC	11,07 €	140,00 €
Fundo de Compensação	274,30 €	189,21 €
Total	29 951,59 €	23 995,39 €



7.5. Outras Dívidas a Pagar

A rubrica "Outras dívidas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Outras Dívidas a Pagar	31/dez/21	31/dez/20
Corrente	193 235,95 €	193 755,95 €
Outras Dívidas a Pagar Corrente	185 986,40 €	186 791,18 €
Remunerações a Pagar	170,22 €	819,13 €
Subsídio de Férias e Encargos	156 069,76 €	152 181,46 €
Outras despesas diferidas	16 649,37 €	11 780,57 €
Seguros	2 002,57 €	
Outros credores	1 429,06 €	3 876,17 €
Utentes Sénior 5%	6 696,72 €	18 126,94 €
Sindicatos	1,97 €	6,91 €
Valores Utentes	2 725,31 €	
Penhora de Vencimento	241,42 €	
Adiantamentos a clientes	7 249,55 €	6 964,77 €
Total	193 235,95 €	193 755,95 €

7.6. Clientes

A rubrica de clientes apresentou em 2020 e 2021 os seguintes valores:

Clientes	31/dez/21	31/dez/20
Clientes e Utentes c/c	10 398,26 €	7 295,43 €
Total	10 398,26 €	7 295,43 €

8. Gastos com o Pessoal

Os gastos suportados pela entidade com os funcionários foram os seguintes:

Gastos com o pessoal	31/dez/21	31/dez/20
Remunerações do pessoal	875 468,39 €	855 258,21 €
Encargos sobre remunerações	176 131,27 €	177 182,78 €
Seguros de acidentes de trabalho	11 125,50 €	8 104,05 €
Outros custos com o pessoal	11 682,93 €	5 890,18 €
Total	1 074 408,09 €	1 046 435,22 €

Número médio de pessoas ao serviço da Entidade	2021	2020
Colaboradores	73	71



A Direção do Centro Social Paroquial de Vale Figueira tem a seguinte estrutura:

Exercício de 2021	
Cargo	Nome
Presidente	Pe. David Tiago da Conceição Caldas
Vice-Presidente	Pe. Francisco José dos Santos Mendes
Secretário	Cristina Isabel de Oliveira Marques
Tesoureiro	Daniela Maria Simodera de Matos
Vogal	Tiago André Veloso Duro
Vogal	Dina Isabel Lobato Pereira Nunes
Vogal	Simão Pedro Mendes de Sousa

9. Outras Informações

Para uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, destacamos as seguintes informações:

9.1 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Diferimentos	31/dez/21	31/dez/20
<i>Gastos a Reconhecer</i>		
Seguros	5 879,24 €	4 918,22 €
Outras Despesas Diferidas	220,20 €	381,96 €
Total	6 099,44 €	5 300,18 €

9.2 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Contas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	31/dez/21
				Saldo Final
51 - Fundos	616 269,17 €			616 269,17 €
55 - Reservas	0,00 €			0,00 €
56 - Resultados transitados	1 026 518,64 €	121 492,99 €		1 148 011,63 €
59 - Outras variações nos fundos patrimoniais	1 012 553,99 €		31 099,97 €	981 454,02 €
818 - Resultado líquido	121 492,99 €		13 962,23 €	107 530,76 €



9.3 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2021 e 2020, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Subsídios à exploração	31/dez/21	31/dez/20
Infância e Juventude:		
Creche	245 176,48 €	224 500,32 €
Pré-Escolar	222 652,56 €	238 440,96 €
CATL	31 575,43 €	34 429,04 €
Terceira Idade:		
Lar	217 586,74 €	203 151,60 €
Centro de Dia	40 994,44 €	28 120,72 €
Apoio Domiciliário	123 858,00 €	120 157,30 €
Família e Comunidade:		
Cantina Social	38 637,50 €	37 515,00 €
Apoiar Social +	3 859,96 €	3 860,73 €
Covid-19	20 156,44 €	5 670,69 €
Diversos	1 348,85 €	1 490,95 €
IEFP	4 358,83 €	11 257,36 €
Apoio normalização da atividade empresarial	11 305,00 €	
Covid-19 - Almada Solidária	25 940,41 €	
Diversas Entidades	378,35 €	7 000,00 €
Total	987 828,99 €	915 594,67 €



9.4 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foi a seguinte:

Fornecimentos e serviços externos	31/dez/21	31/dez/20
Subcontratos - Fornecimento Refeições		2 879,00 €
Serviços especializados	102 758,67 €	86 434,05 €
Materiais	59 446,54 €	58 749,86 €
Energia e fluidos	38 523,96 €	38 995,68 €
Deslocações e estadas	207,35 €	299,34 €
Serviços diversos	67 730,68 €	62 292,33 €
Total	268 667,20 €	249 650,26 €

9.5 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Outros rendimentos	31/dez/21	31/dez/20
Rendimentos Suplementares	6 607,00 €	9 147,50 €
Descontos obtidos		7,88 €
Outros Rendimentos		58 187,76 €
Alienações	1 500,00 €	5 820,00 €
Correções de Exercícios Anteriores	45,79 €	3 372,27 €
Imputações de Subsídios p/ Investimentos:	31 099,97 €	31 099,97 €
Restituição de impostos	2 706,76 €	
Donativos	11 505,75 €	3 781,15 €
Outros Rendimentos	53 701,30 €	
Total	107 166,57 €	111 416,53 €

9.6 Outros Gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Outros gastos	31/dez/21	31/dez/20
Impostos	285,61 €	500,40 €
Descontos de p.p. concedidos	0,20 €	
FCT - Fundo de compensação	9,32 €	
Outros gastos	1 885,42 €	5 702,08 €
Total	2 180,55 €	6 202,48 €



9.7 Perdas por Imparidade

Nos períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidas as seguintes perdas por imparidade:

Perdas por Imparidade	31/dez/21	31/dez/20
Utentes		
De 2014 a 2019		5 257,75 €
Total		5 257,75 €

9.8 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Resultados Financeiros	31/dez/21	31/dez/20
Juros e Rendimentos Similares		
Juros de Outros Financiamentos Concedidos	72,45 €	77,77 €
Resultados Financeiros	72,45 €	77,77 €

9.9 Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas e Inventário

Nos períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes gastos com matérias consumidas:

Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	31/dez/21	31/dez/20
Matérias-Primas:		
Géneros Alimentares	154 878,77 €	119 216,09 €
CMVMC	154 878,77 €	119 216,09 €

Nos períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes valores em inventários:

Inventários	31/dez/21	31/dez/20
Matérias-Primas:		
Géneros Alimentares	902,88 €	2 380,21 €
Inventários	902,88 €	2 380,21 €



9.10 Situação contributiva

A Direção informa que a Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação em mora, nos termos do artigo 117º-A do CPPT.

Dando cumprimento ao estipulado no artigo 208º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, aprovado pela Lei nº110/2009, de 16 de setembro, na sua versão atualizada, a Direção informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social encontra-se regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

9.11 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Contabilista Certificada

Margarida Melo.



9.12 Demonstrações Financeiras

BALANÇO

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.12.2021	31.Dez.20
Activo			
Activos fixos tangíveis	5	1 849 357,64	1 900 033,02
Investimentos Financeiros	7	7 976,86	6 549,69
Outros Ativos não Correntes	7.1	168 736,00	18 736,00
Total do Activo Não Corrente		2 026 070,50	1 925 318,71
Inventários	9.9	902,88	2 380,21
Clientes	7.6	10 398,26	7 295,43
Adiantamentos a fornecedores	7.1	1 762,22	16 509,97
Estado e outros entes públicos	7.4	2,33	52,58
Outras contas a receber	7.1	9 518,77	6 228,61
Diferimentos	9.1	6 099,44	5 300,18
Caixa e depósitos bancários	7.2	1 046 061,88	1 040 766,01
Total do Activo Corrente		1 074 745,78	1 078 532,99
Total do Activo		3 100 816,28	3 003 851,70
Fundos Patrimoniais			
Fundos	9.2	616 269,17	616 269,17
Resultados transitados	9.2	1 148 011,63	1 026 518,64
Outras variações nos fundos patrimoniais	9.2	981 454,02	1 012 553,99
Resultado líquido do período	9.2	107 530,76	121 492,99
Total dos Fundos Patrimoniais		2 853 265,58	2 776 834,79
Passivo			
Fornecedores	7.3	24 363,16	9 265,57
Adiantamento de clientes	7.5	7 249,55	6 964,77
Estado e outros entes públicos	7.4	29 951,59	23 995,39
Outros passivos correntes	7.5	185 986,40	186 791,18
Total do Passivo Corrente		247 550,70	227 016,91
Total do Passivo		247 550,70	227 016,91
Total dos Fundos Patrimoniais e Passivo		3 100 816,28	3 003 851,70

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIREÇÃO



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.dez.21	31.Dez.20
Prestações de serviços	6	590 643,08	595 614,38
Subsídios à exploração	9.3	987 828,99	915 594,67
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9.9	(154 878,77)	(119 216,09)
Fornecimentos e serviços externos	9.4	(268 666,20)	(249 650,26)
Gastos com o pessoal	8	(1 074 408,09)	(1 046 435,22)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	9.7		(5 257,75)
Outros rendimentos e ganhos	9.5	107 166,57	111 416,53
Outros gastos e perdas	9.6	(2 180,55)	(6 202,48)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		185 505,03	195 863,78
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(78 035,65)	(74 308,56)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		107 469,38	121 555,22
Juros e rendimentos similares obtidos	9.8	72,45	77,77
Resultado antes de impostos		107 541,83	121 632,99
Imposto sobre o rendimento do período	7.4	(11,07)	(140,00)
Resultado líquido do período		107 530,76	121 492,99

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIREÇÃO



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

(Valores expressos em euros)

		31/12/2021	31/12/2020
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais			
Recebimentos de clientes	+/-	635 411,12	604 038,27
Pagamentos a fornecedores	-/+	(489 193,48)	(359 076,59)
Pagamentos ao pessoal		(992 169,16)	(963 569,54)
Caixa gerada pelas operações	-/+	(845 951,52)	(718 607,86)
Outros recebimentos/pagamentos	+/-	877 037,54	922 621,88
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1)		31 086,02	204 014,02
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis	-	(27 360,27)	(51 897,70)
		(27 360,27)	(51 897,70)
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis	+	1 500,00	5 750,00
Juros e rendimentos similares	+/-	-	-
		1500,00	5750,00
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)		(25 860,27)	(46 147,70)
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	+	70,12	0,76
	-	70,12	0,76
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento (3)	+/-	70,12	0,76
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		5 295,87	157 867,08
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 040 766,01	882 898,93
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1 046 061,88	1 040 766,01

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIREÇÃO





DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

(Valores expressos em euros)

Fundos Patrimoniais atribuído aos detentores do capital - 2021

			Fundos	Resultados transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos Fundos Patrimoniais
Posição no Início do Período	1	Notas	616 269,17	1026518,64	1 012 553,99	121 492,99	2776834,79
Alterações no período							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				121 492,99	(31 099,97)	(121 492,99)	(31 099,97)
	2			121492,99	(31 099,97)	(121 492,99)	(31 099,97)
Resultado Líquido do Período	3					107 530,76	107 530,76
Resultado Integral	4 = 2 + 3						76 430,79
Posição no Fim do Período	6 = 1 + 2 + 4		616 269,17	1148011,63	981 454,02	107 530,76	2 853 265,58

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIREÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

(Valores expressos em euros)

Fundos Patrimoniais atribuído aos detentores do capital - 2020

			Fundos	Resultados transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos Fundos Patrimoniais
Posição no Início do Período de N.	1	Notas	616 269,17	846107,72	1 043 653,96	180 431,14	2686461,99
Alterações no período							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				180 410,92	(31 099,97)	(180 431,14)	(31 120,19)
	2			180410,92	(31 099,97)	(180 431,14)	-31120,19
Resultado Líquido do Período	3					121 492,99	121492,99
Resultado Integral	4 = 2 + 3						90372,8
Posição no Fim do Período	6 = 1 + 2 + 4		616 269,17	1026518,64	1 012 553,99	121 492,99	2776834,79

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIREÇÃO